

RECESSO PROVOCA IMPASSE

Legislativo quer transferir para Executivo o ônus político da convocação em julho

O Congresso quer transferir para o Executivo o ônus político da convocação extraordinária em julho para que o Senado possa votar as reformas econômicas já aprovadas pela Câmara. Indiferente aos apelos das lideranças governistas contra o recesso, o presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), resolve ainda hoje o impasse em conversa com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Para bancar uma convocação extra, quando os 513 deputados e 81 senadores recebem o salário dobrado — R\$ 16 mil —, o Tesouro terá de dispor de R\$ 9,5 milhões. “Não tem jeito; se o Congresso for convocado temos de bancar este custo”, disse Sarney. “Convocação quem resolve é o presidente da República”, argumentou o líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA). O senador paraense admitiu que ninguém quer ser responsável pela “iniciativa formal” da convocação devido aos custos.

“Quando eu percebi que Sarney insistia no recesso, alertei o Planalto de que o presidente precisava entrar no circuito”, disse ontem um dos líderes governistas. O impasse teve início com a resistência do Legislativo em se autoconvocar, bancando o ônus político da iniciativa, ao mesmo tempo



Edivaldo Ferreira/AE

Sarney: encontro com FHC para decidir sobre recesso.

em que o Executivo também não vê com bons olhos a ideia de acabar com o recesso à revelia dos políticos. A Câmara, que já votou as reformas e a rigor não terá o que fazer em julho, é majoritariamente contra a convocação, embora muitos parlamentares não descartem que o salário extra seria bem-vindo.

Preocupados com a repercussão que a convocação extraordinária pode provocar por causa do salário extra a que teriam direito, os líderes do PSDB e do governo no Senado apresentaram uma proposta mais barata: adiar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para prorrogar os trabalhos do Legislativo até que o Senado vote as reformas econômicas. Citam, como justifi-

cativa, o artigo 57 da Constituição, pelo qual a sessão legislativa não é interrompida sem a aprovação da LDO.

Contra o argumento de que a prorrogação seria exclusiva para votar a LDO, Machado exibiu o relatório de atividades do Senado no ano passado. Não houve recesso em julho e os trabalhos do Senado continuaram até que a Lei de Diretrizes Orçamentárias fosse votada. O relator da LDO, senador José Fogaça (PMDB-RS), disse que o projeto está em condições de ser votado até o dia 30.

“O adiamento depende de uma decisão política”, disse. Fogaça entregou ontem à Comissão Mista de Orçamento o relatório sobre a LDO. Entre as alterações ao projeto enviado em abril pelo Executivo, o relator incluiu percentuais menos rígidos da contrapartida de Estados e municípios em projetos e financiamentos que têm o governo federal como parceiro.

“O País não pode esperar o Congresso voltar de férias”, argumentou Sérgio Machado (PSDB-CE). Mas Barbalho contestou: “Só faria sentido correr se o Executivo, que ainda não se entendeu sobre as regras do jogo, tivesse concluído toda a regulamentação das telecomunicações.”

Christiane Samarco/AE